

EFEITOS DAS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO COTIDIANO ESCOLAR – OS NEABIS COMO ESPAÇOS-TEMPO DA FORMAÇÃO DE ESTUDANTES NO ENSINO MÉDIO

RESUMO:

Neste trabalho, apresentarei parte da minha pesquisa de doutorado em educação, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – ProPed/UERJ, sob a orientação da professora doutora Maria Luiza Oswald. Meu objetivo é investigar como os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabis), enquanto movimentos negros estudantis organizados, consequência das Leis 10.639/03 e 11.645/08, impactam na formação de jovens estudantes, colocando-os como sujeitos que insurgem contra as condições reais de desenvolvimento social à qual estão submetidos, ampliando suas perspectivas de futuro, além do engajamento com a luta antirracista. Destacados como protagonistas, os personagens investigados são jovens estudantes do ensino médio na Escola Estadual Adolpho Bloch, cidade do Rio de Janeiro, envolvidos com as ações do NEAB Sankofa em funcionamento na sua instituição de ensino. Esta investigação se justifica pela necessidade de apresentar movimentos em curso com potencialidade para reverter as estatísticas desfavoráveis ao desenvolvimento social da juventude, além de contradizer a narrativa única (ADICHE, 2019) da juventude violenta e despolitizada que paira no senso comum da sociedade brasileira, sobretudo quando a referência são jovens negros periféricos, para apresentar esse grupo social como detentor de autonomia para a resistência em prol da garantia de direitos no convívio social.

1. Introdução

As políticas de ações afirmativas configuram-se como um conjunto de medidas, desenvolvidas pelo Estado, em parceria com organizações da sociedade civil, cujo objetivo é corrigir distorções de desenvolvimento presentes na sociedade. Censurando a discriminação via políticas compensatórias capazes de agilizar a igualdade enquanto processo, como enfatiza Piovesan (2008), “As ações afirmativas devem ser compreendidas não somente pelo prisma retrospectivo - no sentido de aliviar a carga de um passado discriminatório -, mas também prospectivo - no sentido de fomentar a transformação social, criando uma nova realidade”.

No Brasil, demarcadas pelas questões étnico-raciais, e acumuladas ao longo de séculos, as discriminações ocasionam distorções sociais que provocam desigualdades. Mais uma vez, em diálogo com Piovesan (2008), acentuo que “a discriminação ocorre quando somos tratados iguais, em situações diferentes; e diferentes, em situações iguais”. À vista disso, demarco que as medidas afirmativas buscam oferecer igualdade de oportunidades a todos os cidadãos partindo do conceito de equidade, expresso na constituição, significando tratar os desiguais de forma desigual, isto é, oferecer estímulos a todos os que não tiveram igualdade de oportunidade devido ao racismo.

Cabe ressaltar, que as ações denominadas afirmativas não constituem projetos exclusivos do governo. A iniciativa privada e as organizações sociais também são atores importantes neste processo, podendo atuar em conjunto, dando suporte, ou de forma complementar ao governo. Além disso, não devem ser vistas como um benefício, ou algo injusto. Ao contrário, as ações afirmativas só se fazem necessárias quando percebido um histórico de injustiças e de direitos que não foram assegurados.

No Brasil, as ações afirmativas integram uma agenda de combate a herança histórica de escravização, segregação racial e racismo contra as populações negras e indígenas. Sua dívida decorrente do genocídio indígena, e do fato de ter sido o último país do mundo ocidental a abolir a escravização sobretudo de sujeitos negros, mesmo com sua configuração de segundo país com o maior população negra no mundo, atrás apenas da Nigéria, “faz-se urgente a aplicação de medidas eficazes para romper com o legado histórico de exclusão étnico-racial e com as desigualdades estruturantes que compõem a realidade brasileira” (Piovisan, 2008, p.895).

É prudente demarcar que, no cenário brasileiro, as ações afirmativas foram institucionalizadas no contexto educacional a partir da alteração promovida pela Lei n.º 10.639/03 na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDBEN n.º 9.394/96. Ao criar o Artigo 26-A - estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nos estabelecimentos públicos e privados de ensino fundamental e médio do país, o governo brasileiro, em diálogo com o movimento negro, impactou os currículos da educação básica. Assim, ficou instituída uma política de Estado que reconheceu as escolas como instrumentos fundamentais para a superação do racismo. À vista do que aponta Lima (2010) sobre a Lei n.º. 10.639/03, “acredita-se que sua implementação é, depois das cotas no ensino público, o mote mais importante do

movimento negro por ser considerada um marco normativo importante em termos de política de diversidade” (p.85).

Como efeito, outras políticas foram constituídas no sentido de complementar a regra imposta pela LDBEN, e aprimorar ações educativas que propiciem a inclusão social a partir de relações étnico-raciais pautadas pela inclusão, precedida pela valorização das múltiplas identidades culturais (HALL, 2015) que se encontram no Brasil. A contar da promulgação da Lei n.º 10.639/03 são impulsionadas políticas públicas para a promoção e valorização das matrizes culturais compositoras da sociedade brasileira, reconstruindo o movimento de apagamento perpetuado ao longo da história, e que contou com contribuição da educação escolar, espaço de formação cidadã dos indivíduos no Brasil. Desta forma, surge na pauta governamental do país a iniciativa política de reparação histórica, desdobradas em diferentes ações, almejando afirmar a inclusão social das populações historicamente marginalizadas a partir do recorte étnico-racial.

É neste cenário que ganham fôlego nas escolas de educação básica, sobretudo nas escolas de ensino médio públicas, os Neabis - Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígenas. Configurados como espaços destinados à sistematização de estudos que recuperem a história, conforme aglomeram pesquisas a respeito de temas constituidores dos povos negros e indígenas, essas agências representam um movimento político afirmativo que integra profissionais da educação e estudantes em prol da apropriação de conceitos não canônicos.

Em vista disso, inverte-se a perspectiva de narrativa histórica que invisibilizou percursos, ao esconder a contribuição dos povos negros e indígenas, a partir de seus saberes e potencialidades peculiares, para a formação da sociedade brasileira. As atividades desenvolvidas nos Neabis apresentam, de forma geral, o intuito de recuperar fatos históricos, compreendendo seus impactos no cenário social atual, e reconhecendo caminhos possíveis para o combate às exclusões que distanciam sujeitos do pleno desenvolvimento humano e social.

2. Os Neabis como movimento negro estudantil

Encontrar os Neabis no contexto das escolas brasileiras, representa impactar a formação dos estudantes, sobretudo dos jovens majoritariamente periféricos que frequentam as escolas públicas de ensino médio, diante de debates não hegemônicos, que superam discursos coloniais conformadores do imaginário brasileiro. Diante disso, considero oportuno averiguar os efeitos dos Neabis na formação desses jovens estudantes, entendendo esses espaços-tempo como *lócus* para consolidação de um modelo formativo transcendente ao padrão predominante, anterior à legislação base para a educação das relações étnico-raciais.

Enfatizo que, os inicialmente denominados como NEAB - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, aparecem no cenário educacional brasileiro a partir de organizações como o Centro de Estudos Afro-orientais na Bahia - CEAO, que em 1959 dentro da Universidade Federal da Bahia - UFBA, voltado para análises, pesquisas e ações comunitárias no campo dos estudos étnico-raciais. Adiante, os núcleos e órgãos correlatos foram criados em instituições públicas e privadas de ensino superior. Com o crescimento da militância negra no espaço universitário, muito em decorrência de sua crescente ocupação por intelectuais desse pertencimento étnico-racial, os núcleos foram se expandindo. E, como resultado das tensões provocadas pelos movimentos sociais à constituição de espaços institucionais de debates contra o racismo, intensificando-se nos anos 90, em especial nas universidades públicas (IF GOIANO, 2021).

Auxiliaram no fortalecimento desse movimento, a realização do I Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as – COPENE no ano 2000, e a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as – ABPN, no mesmo período. Após a promulgação da Lei nº 10.639/03 e, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004), estes espaços proliferaram, funcionando como locus para “[...] estudos e pesquisas específicas sobre a temática étnico-racial” (SISS; BARRETO; OLIVEIRA, 2013, p.11). Ademais,

[...] os NEAB’s assumem a questão racial como uma questão cultural, social, política e ideológica demandada na luta contra o racismo institucional na universidade, desencadeando um tipo de produção do conhecimento distinto do que até então vem sendo produzido no meio acadêmico, extrapolando a tendência ainda hegemônica no campo das ciências humanas e sociais de produzir conhecimento sobre os movimentos e seus sujeitos (IDEM; IBIDEM).

Essa movimentação fez com que os núcleos chegassem na educação básica, especialmente em escolas de ensino médio, com maior incidência na rede federal de ensino. Com o advento da Lei nº 11.645/08, os núcleos de estudos incorporaram o debate sobre questões indígenas, passando a ser nomeados como Neabi. A linha histórica evolutiva destas organizações nos permite afirmar que estes espaços-tempo de debate étnico-racial, atualmente, caracterizam-se como movimentos sociais estudantis que se reconfiguram para se adequar às peculiaridades de escolas públicas que atendem o ensino médio em escolas públicas.

Na qualidade de movimento social, que tem a luta antirracista como pauta, considero os Neabis como uma reelaboração dos movimentos negros, adaptados para a realidade de seu público dinamizador, estudantes majoritariamente não-brancos em fase de formação escolar de nível médio. Todavia, esses movimentos mantêm sua natureza originária, como definido por Gomes (2017), de movimento negro educador, sobretudo por se constituir no espaço-tempo escolar. Imbuídos nas causas não-hegemônicas e contra-hegemônicas, os movimentos sociais “atuam como pedagogos nas relações políticas e sociais” (GOMES, 2017, p.16), empenhando sua função educativa na construção de saberes emancipatórios dentro de áreas consagradas das ciências humanas, como educação, sociologia e antropologia no Brasil, elevando questões subjugadas e marginalizadas no imaginário social, questionando e expandindo conceitos, impulsionando conhecimentos (IDEM).

Identificar os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas como um movimento negro educador, representa admiti-los como agências que interferem na estrutura formal da educação escolar, para constituir espaços-tempo educativos que pautam as relações raciais e a diáspora africana como epistemologias. Neste caminho, fomentam um processo formativo humanizado e cidadão, repercutindo nas trajetórias de vida dos estudantes ao levá-los para o ativismo político antirracista, tendo em vista que promovem reflexões, discussões, análises e planejamento de ações para (re)educar o imaginário social

...sobre racismo, discriminação racial, desigualdade racial, crítica à democracia racial, gênero, juventude, ações afirmativas, igualdade racial, africanidades, saúde da população negra, educação das relações étnico-raciais, intolerância religiosa

contra as religiões afro-brasileiras, violências, questões quilombolas e antirracismo... (GOMES, 2017, p.17).

É frequente observarmos o engajamento de jovens estudantes do ensino médio em movimentos ideológicos de oposição e combate a modelos conservadores de organização. Os chamados movimentos estudantis simbolizam uma voz significativa dentro da sociedade e têm o potencial de influenciar políticas e instituições em níveis local, nacional e global (GOHN, 2011). Neste ambiente, a partir de uma educação pautada no debate das relações étnico-raciais, a contrariedade ao racismo deixa de ser uma simples rejeição, ou oposição passiva à fobia social, para dar espaço à militância antirracista, que debate continuamente a questão e constrói um compromisso longínquo com a causa.

Outrossim, categorizar os Neabis como movimentos estudantis representa atestar esse modelo de agência como organizações ou coalizões de estudantes que se unem para promover interesses comuns, e buscar mudanças em questões relacionadas à educação, política, sociedade e outras áreas de interesse comunitário a partir da reconstrução das relações étnico-raciais. Isso possibilita-nos entender a importância dos Neabis como movimentos negros estudantis, cujo objetivo comum é representar os interesses dos estudantes, defendendo suas necessidades e preocupações diante da pauta do antirracismo. Concordando com Sposito; Almeida; Corrochano (2020), mais uma vez destaque que esse movimento não acontece no acaso. Ele se relaciona com os efeitos das políticas de ações afirmativas, impulsionadas a partir dos primeiros anos deste século, que movimentam o cenário educacional brasileiro, atingindo, diretamente, os estudantes através da reconfiguração de espaços-tempo de ensino e aprendizagem.

Encontrar jovens conscientes de suas potencialidades, que identificam os empecilhos sociais prejudiciais ao seu progresso comunitário, instiga à investigação dos percursos favoráveis à organização insubmissa, contrária às narrativas hegemônicas que descredita a consciência social, as potencialidades intelectuais e políticas das juventudes, especialmente quando demarcadas pela identidade negra. A militância juvenil organizada tem se proposto a fazer um movimento insurgente a partir dos Neabis. Neste sentido, desafia as narrativas dominantes, como das hierarquias de poder associadas a elas, fortalecendo as diferentes formas de conhecimento que foram historicamente marginalizadas ou ignoradas.

Por isso, venho investigando os processos que, no contexto dos Neabis favorecem o cenário subversivo ao discurso comum de apatia e alienação da juventude. Analisando como essa formação contra-hegemônica de busca pela reconstrução das relações étnico-raciais influencia a trajetória de vida dos estudantes que frequentam/frequentaram Neabis na sua caminhada.

Realço que, conforme sinalizado por Sposito; Almeida; Corrochano (2020), a partir dos anos de 2010, “a pesquisa que se voltou às culturas juvenis ampliou seu repertório empírico-analítico para compreender as práticas culturais e as formas de os jovens se insurgirem coletivamente no cenário socioespacial e político da cidade” (p. 7). Este fato pode propiciar mudanças positivas no cenário social, não apenas promovendo e empoderando a juventude, como também aumentando a conscientização política, fortalecendo a comunidade, transformando o espaço público e desafiando o *status quo*.

Consolidando uma pesquisa acadêmica que considera as variáveis intrínsecas à opressão social das juventudes negras e suas estratégias de insurgência, pretendo realçar os Neabis como espaços-tempo de socialização e militância antirracista, consolidada diante da resiliência dos jovens. Para isso, será necessário acompanhar o engajamento e o protagonismo de sujeitos que compõem o grupo social aqui destacado como juventudes com a luta antirracista, mediante conversas com estes sujeitos que atuam/militam coletivamente nestes espaços.

3. Caminhos teórico-metodológicos

Em diálogo com o filósofo e psiquiatra martinicano Frantz Fanon (1925-1961), utilizo a fenomenologia como pressuposto teórico-metodológico da pesquisa. Entendendo a fenomenologia existencial como referencial de interpelação filosófica e metodológica adequado para compreender experiência existencial do indivíduo colonizado e suas interações com o colonizador, visando alcançar as experiências subjetivas da opressão colonial vivenciadas pelos jovens estudantes.

Concordando com Fanon (2008), acredito que a fenomenologia é colaboradora na percepção sobre como os sujeitos da pesquisa são afetados diante dos constantes confrontos que negam sua subjetividade e humanidade por aqueles que detêm poder social. Buscando entender as experiências subjetivas diretas, será relevante analisar como a opressão social, de matriz colonial, afeta a essência dos estudantes quando vistos pelo prisma da marginalidade, reagindo de modo a desafiar as lógicas

deterministas, imaginariamente construídas e reproduzidas alicerçadas pelo racismo, resistindo à opressão que tem suas bases no pensamento colonial (IDEM).

Valorizar o domínio que os estudantes detêm sobre suas próprias subjetividades, negando as narrativas impostas pelo pensamento colonial hegemônico no Brasil, é um ponto importante para compreender como esses jovens reafirmam sua própria humanidade e dignidade, descolonizando comportamentos e alterando trajetórias pré-determinadas pelo preconceito. A fenomenologia, apoiada no entendimento de Fanon (2008), será um pressuposto capaz de intermediar entendimento sobre experiências existenciais dos estudantes sob o pensamento social canônico colonial, até alcançarem, organizados em movimentos insurgentes de resistência, nos Neabis, a descolonização do pensamento.

Com essa perspectiva, chego ao Neabi na Escola Técnica Estadual Adolfo Bloch, o Coletivo NEAB Sankofa, como foi denominado pelos próprios estudantes que o dinamizam, majoritariamente estudantes negros, para conversar com egressos e ativos desta movimento social. Percebendo o debate sobre as relações étnico-raciais posto entre esses jovens, a partir de um olhar investigativo que compreende a natureza essencialmente dialógica da comunicação humana (Bakhtin, 2011) ouço esses sujeitos a partir de conversas que apresentam, na relação dialógica com o outro (RIBEIRO; SOUZA; SAMPAIO; SANCHES, 2018), conforme sinalizam Couto JR, Oswald, Pocahy (2018) “como jovens interpelados em posição abjeta negociam e reinventam suas vidas, notadamente a partir das redes de subjetividade e de significação que se constituem a margem das instituições que supostamente protegeriam esses sujeitos” (p. 126).

Neste processo investigativo, testemunho o quanto o processo de formação político-pedagógica ao qual esses estudantes estão submetidos nos Neabis, influencia seus percursos sociais de organização emancipatória, subvertendo a lógica social opressora, possibilitando-lhes destaque no campo da produção de saberes.

4. Referências

ADICHE, Chimamanda N. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

COUTO JR, D.R.; OSWALD, M.L.M.B., POCAHY, F.A.– Gênero, sexualidade e juventude(s) - Problematizações sobre heteronormatividade e cotidiano escolar. *Civitas*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 124-137, jan.-abr. 2018.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v.16, n.47, p. 333 - 513, maio/ago. 2011.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador*. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

INTITUTO FEDERAL GOIANO. *História dos Neabis*. 20 de Julho de 2021. Disponível em: História dos Neabis (ifgoiano.edu.br). Acesso em: 20/01/2024.

LIMA, Marcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. Dossiê Governo Lula. *Novos Estudos CEBRAP* 87, pp. 77-95, julho 2010.

PIOVESAN, Flávi. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3): 887-896, setembro-dezembro/2008.

RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmen Sanches (Org.). *Conversa como metodologia de pesquisa: por que não?* Rio de Janeiro: Ayvu, 2018.

SISS, Ahyas; BARRETO, Maria Aparecida S.C; OLIVEIRA, Otair F. Processos formativos e as contribuições dos Núcleos de Estudos afro-brasileiros da UFES e da UFRRJ. *Revista Teias*, v. 14. n. 34. pp. 06-20, 2013.

SPOSITO, Marília Pontes; ALMEIDA, Elmir de; CORROCHANO, Maria Carla. Jovens em movimento: mapas plurais, conexões e tendências na configuração das práticas. *Educação & Sociedade*, v. 41, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/56c4mj883ZQFzG7ZMTz5Bhd/?lang=pt>

